



ARTIGOS

Maria Marcia Silva¹

Roseane Amorim da Silva¹

“Eu sou negra, eu não sou morena”, relatos de resistência negra no sertão de Pernambuco

“I am black, I am not brown”, reports of black resistance in the backlands of Pernambuco

RESUMO:

O presente estudo buscou conhecer as experiências dos/as jovens no que se refere às práticas de resistência no contexto escolar. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: na primeira foram realizadas 05 oficinas, com estudantes do ensino médio na faixa etária dos 16 aos 19 anos, e, também, com docentes de uma escola estadual de Serra Talhada – PE, na segunda etapa, as oficinas foram transcritas na íntegra e analisadas com base na análise temática. Através dos relatos dos/as jovens e docentes, observamos as estratégias de resistência construídas pelos/as estudantes frente às desigualdades e opressões, como a aceitação do cabelo e reconhecimento da negritude.

ABSTRACT:

The present study sought to understand the experiences of young people regarding resistance practices in the school context. The research was developed in two stages: in the first, 05 workshops were held, with high school students aged between 16 and 19, and also with teachers from a state school in Serra Talhada – PE, in the second stage, the workshops were transcribed in full and analyzed based on thematic analysis. Through the reports of young people and teachers, we observed the resistance strategies built by students in the face of inequalities and oppression, such as the acceptance of hair and recognition of blackness.

Palavras-chave: Escola; Negritude; Resistência

Keywords: School; Blackness; Resistance

¹ Mestranda em Estudos Interdisciplinares da Linguagem pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, PE, Brasil.
marcyahonoratto@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-1610-9831>

¹¹ Doutora em Psicologia, Professora, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
roseaneamorims@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-1454-0417>

INTRODUÇÃO

Resistência é um conceito importante, mas que é pouco discutido em sua conceituação, em muitos artigos sobre o tema, é convencional não encontrar a definição ou algum teórico que embasse o uso do conceito, bem como, há generalizações sobre o que é resistência, expondo muito mais as práticas de resistência do que o conceito em si. Nesse artigo, traçamos alguns diálogos entre autores que discutem o termo e, também, discutimos as estratégias de resistências adotadas por jovens escolares do sertão de Pernambuco frente às opressões de raça, gênero e classe. Além disso, tratamos de forma específica aspectos sobre raça e racismo, trazendo reflexões sobre as estratégias antirracistas.

Compreendemos raça como sendo social e política, pois diariamente pessoas negras passam por opressões e desigualdades referentes ao seu fenótipo (CFP, 2017). Silvio Almeida (2019, p.15) ressalta que a sociedade contemporânea não pode ser entendida sem a conceituação de raça e racismo, pois “o racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Portanto, as manifestações do racismo não são anormais, são moldes da vida social comum. O que Almeida aponta é que as expressões do racismo no cotidiano indicam algo mais profundo que se desenvolve nas

estruturas políticas e econômicas da sociedade. Então, o racismo é uma discriminação sistemática que se fundamenta através da raça, ocasionando em desvantagens para alguns indivíduos e vantagens a outros.

É importante fazer o destaque para algumas diferenciações levantadas por Silvio Almeida (2019), pois, preconceito racial difere de discriminação racial, sendo a primeira uma formação de julgamento com base em estereótipos associados a indivíduos de um grupo racial específico, podendo ou não se manifestar em práticas discriminatórias efetivamente. A segunda, por sua vez, é uma prática discriminatória que atribui um tratamento diferente a membros de um grupo racial específico. Ainda dentro da discriminação racial, Almeida (2019, p. 23) caracteriza a direta e a indireta:

A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça [...] Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato –, ou sobre a qual são impostas regras de –neutralidade racial – colorblindness – sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas – discriminação pelo direito ou discriminação por impacto adverso. A discriminação indireta é

marcada pela ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas. Isso pode acontecer porque a norma ou prática não leva em consideração ou não pode prever de forma concreta as consequências da norma.

Com isso, as consequências, ao longo do tempo, mostram que o percurso de vida de todos os membros do grupo social é afetada, seja no reconhecimento, ascensão social ou de forma material. Além disso, o autor apresenta três concepções do racismo: individualista, institucional e estrutural. A primeira interpreta o racismo como uma espécie de "patologia" ou anomalia. Ele é considerado um fenômeno ético ou psicológico de natureza individual ou coletiva, atribuído a grupos isolados.

Alternativamente, o racismo poderia ser visto como uma "irracionalidade" a ser combatida no âmbito jurídico, através da imposição de sanções civis, como indenizações, por exemplo, ou penais. Nesse sentido, a abordagem individualista pode negar a existência do "racismo", referindo-se apenas ao "preconceito", enfatizando a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua dimensão política. Na segunda concepção, institucional, o racismo transcende comportamentos individuais, sendo considerado o produto do funcionamento das instituições. Sob essa perspectiva, as instituições operam em uma dinâmica que, mesmo de forma indireta, concede desvantagens e privilégios com base na raça (Almeida, 2019).

Nesse estudo entendemos como uma concepção estrutural, a terceira mencionada por Almeida (2019), pois emerge intrinsecamente da estrutura social, isto é, da maneira "normal" com que se desenvolve nas relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares. Não é uma patologia social nem um desarranjo institucional, mas sim uma característica estrutural. Contudo, o uso do termo "estrutura" não implica que o racismo seja uma condição inevitável, tornando as ações e políticas institucionais antirracistas sem valor, ou que os indivíduos responsáveis por atos discriminatórios não devam ser responsabilizados pessoalmente.

Pelo contrário, o racismo, como processo histórico e político, estabelece as condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam sistematicamente discriminados, direta ou indiretamente. Logo, compreender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou grupo, aumenta a responsabilidade no combate ao racismo e aos racistas. A transformação da sociedade, nesse sentido, não se efetiva apenas por meio de denúncias ou repúdio moral ao racismo; depende, acima de tudo, da adoção de posturas e práticas antirracistas (Almeida, 2019).

Ao converter o africano em escravo, a sociedade escravagista classificou o negro como uma raça específica, delineou seu papel, distribuiu normas de tratamento e de como ele seria tratado,

além de instituir o paralelo entre a cor negra e a posição social inferior, o preconceito racial funcionou como manutenção da hegemonia branca nas relações raciais (Souza, 1983).

Incorporado nos escritos de Neuza Santos Souza (1983), o mito negro, ou seja, a manutenção de um estereótipo de negro, expressam as principais figuras representativas das pessoas negras como sendo: “o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico” (Souza, 1983, p. 27). Então, é perceptível essa criação do negro como o outro, e, principalmente, o inferior. O sujeito negro não tem reconhecimento em si mesmo, apenas na relação com o sujeito branco. As construções feitas seriam criação da branquitude, a qual projeta esse Outro, para o reconhecimento de si mesmo (Saraiva, 2022).

Assim, “o racismo é a ação de discriminar todo um grupo social por causa de sua raça, etnia, cor ou religião. Ele está diretamente ligado à negação da dignidade da pessoa humana” (Rocha; Brandão, 2020, p. 211). Além disso, o racismo caracteriza um sistema de opressão e relações de poder, até porque pessoas brancas sempre tiveram poder em prejuízo de pessoas negras (Rocha; Brandão, 2020). O pensamento colonial, que historicamente inferiorizou o negro e o relegou a papéis sociais de subalternidade, ainda persiste no imaginário de muitos estudantes, dessa forma, discutir sobre questões de raça e sobre os demais marca-

dores, como feito nesse estudo, é de suma importância.

RESISTÊNCIA E ANTIRRACISMO

No que concerne à resistência, James Scott (2011), tem uma contribuição importante sobre resistência cotidiana, o autor na pesquisa com os camponeses pobres da Malásia identificou formas de resistências desses grupos subordinados, que partem de pequenas subversões, como: dissimulação, furto, sabotagem.

Com base em sua investigação, Scott (2011) elabora o conceito de “resistência cotidiana”, que representa a luta diária e persistente entre os membros das classes subjugadas e aqueles que buscam deles extrair trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. Dessa forma, a falta de formas mais evidentes de oposição política, como rebeleios ou greves, não indica uma aceitação passiva da ordem estabelecida pelos dominados, mas sim as circunstâncias comuns, mais frequentes do que excepcionais, em que uma ação aberta e organizada seria excessivamente perigosa.

As manifestações de subversão não aparecem em manchetes de jornal, como especificado por Scott (2011), mas essas pequenas transgressões são formas de resistências cotidianas que essas pessoas encontraram. Mesmo em uma revolta que não alcance pleno êxito, é possível conquistar

avanços notáveis, como concessões por parte do Estado ou dos latifundiários, uma breve interrupção das relações de produção penosas e, igualmente importante, deixar uma memória de resistência e coragem que perdura no tempo, pois o importante nessa forma de resistência, nesse contexto, são as conquistas imediatas. Scott (2011) inclui que os atos e os pensamentos de resistência estão em um permanente diálogo, numa constante comunicação.

Ao fazer diálogo com a guerra civil dos Estados Unidos, Scott (2011) discorre que a narrativa da resistência à escravidão no Sul anterior à Guerra Civil é, em grande parte, um relato de estratégias como corpo mole, falsa concordância, fugas, simulação de ignorância, sabotagem, roubo e, não menos importante, resistência cultural.

Estas práticas raramente questionaram diretamente o sistema escravocrata em si, contudo, alcançaram consideravelmente mais através de métodos não declarados, sutis e sem violência do que os poucos levantes armados, heróicos e breves, amplamente documentados. Os próprios escravizados pareciam compreender que, na maioria das circunstâncias, sua resistência só poderia ser eficaz ao se esconder por trás da fachada da submissão (Scott, 2011).

A pesquisadora María Lugones (2014) considera que a resistência não é o fim ou o alvo na luta política, mas uma possibilidade. A autora defi-

ne a resistência como:

a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno (Lugones, 2014, p. 940).

Em sua tese, a pesquisadora Roseane Amorim da Silva (2019) discorre sobre as formas de concepção de autores/as sobre o conceito de resistência, dentre os conceitos apresentados pela pesquisadora, é abordado que resistência não é uma forma de confronto direto das diversas formas de opressão, para que seja efetiva. Assim como a autora citada, consideramos resistência ações que, mesmo que pareçam pequenas ou sutis, são maneiras de questionar, mudar, se indignar e transgredir os padrões de subalternização dos/as indivíduos/as.

Segundo Teun A. Van Dijk (2021, p. 22) a resistência “resume muitas atitudes e práticas de oposição sociopolítica, incluindo descontentamento, desaprovação, crítica, denúncia, não cooperação, desafio, confronto, combate e luta”, embora a concepção do autor dialogue com os demais cidados, ele expressa a resistência mais como o confronto em si que de formas sutis.

Entretanto, além de um combate mais inci-

sivo há outras maneiras de resistir às opressões. A resistência antirracista pode se manifestar em nível individual, mas, enquanto movimento, concentra-se principalmente na resistência coletiva de grupos que enfrentam o racismo como meio de dominação. A oposição desses membros pressupõe, portanto, uma identidade e consciência compartilhadas, considerando-se membros desse grupo e, consequentemente, parte da resistência coletiva (Dijk, 2021).

Dénètem Touam Bona (2020, p. 38-39) concebe as resistências afrodescendentes como um *continuum* que abrange desde a desaceleração no trabalho até a *secessão marron*, passando por revoltas não armadas e até mesmo pelos suicídios nos navios negreiros. Além disso, ressalta as formas sutis de resistência conduzidas pelas mulheres negras, que incluem a riqueza de métodos de transmissão da memória, o conhecimento da farmacopeia e das cosmologias associadas. Então ações no dia-a-dia, mesmo pequenas, promovem mudanças.

Angela Davis (2016) também traz contribuições para pensar resistência, ela enfatiza a resistência das mulheres na situação de escravidão, muitas delas participavam de rebeliões, ações de sabotagens, se juntavam a comunidades de escravos fugitivos e envenenavam os senhores, porém, a autora traz outra face para a resistência, ela contempla que em muitos cenários daquela vivência,

a resistência acontecia de forma sutil, incluindo aprender a ler e escrever secretamente, e, até, ensinar para outras pessoas escravizadas, ela destaca que é provável que muitas mulheres possam ter escrito suas licenças de viagem e, com isso, conseguiram sua liberdade.

No livro, *Discurso antirracista no Brasil*, de Teun A. van Dijk (2021), o antirracismo é definido como um macro movimento global e histórico, movimento social equiparado ao feminismo. O autor explica que o antirracismo é uma forma de resistência, assim a resistência antirracista pode ser analisada em dois níveis, a saber: como prática sociopolítica antirracista, por um lado, e como cognição pessoal e social antirracista, por outro. Ele reitera que “o discurso antirracista – uma das principais formas de resistência antirracista – é a interface entre a prática sociopolítica antirracista e as atitudes e ideologias antirracistas” (Dijk, 2021, p. 10). O antirracismo representa uma forma de oposição às manifestações de abuso de poder de natureza étnico-racial e às revelações dos direitos humanos sofridas por indivíduos racializados como não brancos. A relevância do discurso antirracista torna-se essencial na defesa da democracia, igualdade, justiça e paz social. Ele se solidariza com outros discursos que combatem a hegemonia racista, machista e classista.

Segundo Pinheiro (2023) o antirracismo representa uma responsabilidade intrínseca ao oci-

dente, cujo cerne está no enfrentamento do racismo, uma construção originada no contexto ocidental. Ela contempla que:

a perspectiva antirracista tem como eixo central a negação do que o ocidente fez de nós: eles dizem “suas vidas são desimportantes”, nós retrucamos “vidas negras importam”; eles dizem que somos feios, burros, sem cultura, incivilizados, e nós passamos a vida inteira tentando provar o contrário (Pinheiro, 2023, p. 41).

Portanto, a autora salienta que o antirracismo não deve ser pauta das pessoas negras, mas sim das brancas, pois o antirracismo não é uma categoria de natureza afrocentrada, visto que as categorias afrocentradas são intrínsecas à agência africana. A agência, por sua vez, está vinculada à maneira de ser, existir, relacionar-se, pensar e construir o mundo.

No livro *Como ser um educador antirracista*, Pinheiro (2023) apresenta estratégias adotadas na escola Maria Felipa, primeira escola afro-brasileira do país, para uma educação voltada a potencializar representações positivas para estudantes negros/as. Mas antes, a autora estabelece um panorama sobre o racismo no Brasil, principalmente, sobre como a negação deste, e como a falta de representatividade em cargos de liderança fazem com que as pessoas não se projetem neles. No campo da educação não é diferente, é necessá-

rio haver pessoas negras na gestão da escola, sendo docentes, na coordenação, pois para os/as estudantes negros/as isso será de suma importância em seus processos de construção identitária.

Logo, consideramos esse estudo uma forma de resistência ao sistema opressor ao desmascarar as intersecções dos marcadores sociais nas opressões vivenciadas pelos/as jovens e mostrar como eles/as resistem a essas questões imbricadas em suas vivências.

METODOLOGIA

O estudo desenvolvido tem abordagem qualitativa, Taquette e Borges (2021) explicam que a pesquisa qualitativa dedica-se a compreender uma dimensão da realidade que não se deixa mensurar por números. Ela explora o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser completamente compreendidos ou capturados apenas por meio de variáveis matemáticas. O material de campo, portanto, não é coletado, mas construído na relação com o/a pesquisador/a.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual de Serra Talhada, Sertão de Pernambuco. A escola escolhida se situa no centro da cidade e recebe estudantes da zona urbana e da zona rural, funciona nos três turnos, manhã e tarde com ensino regular do ensino médio e no turno da noite

com o EJA (Educação de Jovens e Adultos), há em torno de trinta e oito docentes atuando na escola, em relação aos/as estudantes, há cerca de 40% de estudantes vindos da zona rural e 60% da zona urbana, e, segundo o gestor da escola, por mais que muitos/as estudantes sejam de classe média, muitos/as deles/as chegam à escola pedindo para merendar antes do horário por virem de lugares mais distantes, então há diferenças sociais entre eles/as.

A pesquisa em questão foi realizada com estudantes do terceiro ano do ensino médio, com idades entre 16 e 19 anos. Cada encontro contava, em média, com a participação de 24 a 30 estudantes, formando turmas equilibradas em relação ao sexo. Quanto à autodeclaração racial, a maioria dos participantes se entende como preto/a ou paro/a. Além disso, a predominância era de jovens vindos de áreas rurais. No tocante à renda familiar, a maioria relatou que suas famílias subsistiam com um salário mínimo. No aspecto étnico, apenas uma participante especificou ser indígena do povo Pankara.

O estudo se desdobrou em duas etapas: Inicialmente, foram realizadas cinco oficinas envolvendo os/as estudantes e os/as docentes e, na segunda, houve a transcrição dos encontros realizados. De acordo com Ferreira, Couto Jr., e Oswald (2021, p. 6) as oficinas são lugares de construção do material de pesquisa e também de transforma-

ção de todos os envolvidos no processo de pesquisa, são espaços de negociação de sentidos, pois visões diferentes de mundo coexistem. Dessa forma, essa ferramenta se insere como estratégia metodológica na pesquisa qualitativa. Tais encontros propiciam a oportunidade de refletir sobre estratégias de resistência, que podem se manifestar através da crítica, da dialogicidade e da expressão artística.

Descrição das oficinas

A temática de cada oficina seguiu o interesse dos/as estudantes, levando em consideração o que era produzido e as dúvidas que surgiam durante os encontros. Então, na primeira oficina buscamos refletir sobre as situações de preconceito e discriminação raciais vivenciadas e/ou presenciadas pelos/as jovens e as formas de enfrentamento encontradas, bem como a intersecção da raça com os marcadores gênero e classe social.

No primeiro momento, fizemos a apresentação do projeto e falamos um pouco sobre o tema da pesquisa, posteriormente os/as estudantes se apresentaram. Depois, introduzimos a temática fazendo a diferenciação entre preconceito, discriminação e racismo. No segundo momento, pedimos para que eles/as formassem grupos e criassem uma cena em um cartaz através de uma imagem disparadora, as imagens estabeleciam rela-

ções entre questões de preconceito racial, cotas, colorismo e cabelo crespo. No terceiro momento, eles/as falaram sobre o que foi construído e foram realizadas várias reflexões a partir das produções. Ao finalizarem as apresentações, foi pedido que observassem no dia a dia, através do que assistiam, liam, ouviam ou até do que observavam em suas vivências, atitudes ou falas que fossem racistas e gerassem algum tipo de opressão, para que na próxima oficina houvesse um momento para que eles/as falassem sobre.

Na segunda oficina, começamos falando sobre as observações do cotidiano que deviam ter sido feitas previamente por eles/elas, nesse momento, foi possível perceber que alguns/mas estudantes se engajaram mais que outros/as. As reflexões deles/as partiram de notícias que tinham visto na televisão, músicas que tinham escutado e filmes. Depois, em grupo, eles/elas tinham que criar uma história a partir de palavras disparadoras como: Cabelo, Cor Da Pele, Trabalho, Violência, Lugar De Moradia e Estudos. Quando concluídos, cada grupo leu a história e os demais grupos podiam dizer como mudariam aquela narrativa. Assim, discutimos sobre temáticas específicas que acarretam discriminação e desigualdades, nesse momento foi possível observarmos também os marcadores de opressão operando nas experiências dos/as jovens.

Na terceira oficina, foram entregues tre-

chos de livros de escritoras negras para discussão em pequenos grupos, e, depois, foi feita a socialização das reflexões que cada um/a deles/as construiu. Destacamos que os fragmentos literários foram de autoras negras como: Conceição Evaristo, Teresa Cárdenas, Françoise Ega e Buchi Emecheta. A escolha das autoras não se deu de forma aleatória, os trechos escolhidos tocavam em temáticas muito específicas e que faziam diálogo com intersecções diferentes. Como as autoras são de nacionalidades diversas, foi possível mostrar aos/às estudantes que as realidades, embora sejam diferentes, tem semelhanças profundas, pois a vivência das opressões ocorre em todos os lugares.

Na quarta oficina, continuamos com as discussões sobre as narrativas literárias, pois, na oficina anterior alguns/mas estudantes se empolgaram e falaram sobre suas próprias vivências, então, para não interromper o diálogo estabelecido, escolhemos continuar na quarta oficina. Posteriormente, pedimos para que eles/elas escrevessem uma carta que podia ser destinada a uma pessoa racista, alguém que tenha sofrido racismo ou sobre suas próprias experiências e perspectivas. Nessa etapa, optamos pela liberdade de escolha para entendermos de que maneira as oficinas estavam produzindo efeitos nas percepções dos/as jovens.

Na quinta oficina, levamos alguns fragmentos das cartas sem identificar os/as estudantes para que discutíssemos sobre estratégias de resistên-

cia em relação às discriminações descritas. Depois, com três papéis colocados no chão com as palavras: Concordo, Discordo e Tenho dúvidas, eles/as tinham que se posicionar de acordo com o que entendiam de algumas frases que foram lidas, as frases escolhidas tocavam em temáticas que tinham sido discutidas durante as outras oficinas, separamos frases racistas e/ou de cunho discriminatório, bem como frases positivas e de resistência. Assim, houve a discussão entre os/as estudantes e elucidamos as dúvidas presentes. Por fim, pedimos que avaliassem as oficinas, visto que era a última.

Os encontros aconteceram através do auxílio de uma docente que cedeu algumas de suas aulas para que a pesquisa acontecesse, ela se prontificou a ajudar, pois considera a temática importante para ser discutida em sala de aula. Cada oficina durou, em média, uma hora e meia. O planejamento de cada uma delas ocorreu através das reflexões que foram tidas em cada encontro anterior e levando em perspectiva o interesse dos/as jovens. O tempo de planejamento das oficinas variou de acordo com os materiais que seriam utilizados, em relação à terceira oficina, por exemplo, houve um tempo maior para escolha de fragmentos que fizessem sentido com o que tínhamos em mente.

Portanto, ao definir qual temática e materiais que seriam utilizados, havia a definição de quanto tempo seria dispendido em cada etapa.

Logo, cada planejamento teve a carga horária variando entre duas a quatro horas. As oficinas foram áudio-gravadas com o consentimento dos/as estudantes através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, o referido projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da UFRPE, nº CAEE 42892621.7.0000.9547.

Na segunda etapa, as oficinas foram transcritas na íntegra e analisadas com base na análise temática (Minayo, 2008). A pesquisa optou por usar o termo *juventudes* ou *jovens* no plural por entender que as vivências dessa fase da vida são heterogêneas. As autoras Carla Silva e Roseli Lopes (2009) fazem uma diferenciação em relação aos termos adolescência e juventude, compreendendo os termos de forma diferente: O termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece (Silva; Lopes, 2009, p. 88).

Logo, as categorias citadas passam por processos de mudança e de ressignificação de acordo com a construção histórica, econômica e cultural da sociedade. As autoras Conceição Macedo e Renata D'ávila (2019) ao citar a UNESCO (2004) especificam que o termo juventude é compreendido

como uma fase transitória entre a infância e à fase adulta, na qual acontecem mudanças biológicas, sociais, psicológicas e culturais importantes.

Consideramos os/as jovens como sujeitos plurais e corroboramos com as autoras Silva e Lopes (2009) na concepção de que a juventude é uma fase de transição e a trajetória dos/as jovens são reflexos das estruturas e dos processos sociais, portanto uma fase que acarreta mudanças consideráveis e subsidia análises importantes para esse estudo. Os relatos citados pelos/as jovens descritos nessa pesquisa serão identificados com nomes fictícios para garantir o anonimato deles/as, de acordo com os princípios éticos de pesquisa, as informações entre parênteses, posterior a cada relato exposto, foram fornecidas por cada um dos/as jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os/as jovens participantes da pesquisa compartilharam experiências em que resistiram às opressões e criaram estratégias de enfrentamento ao racismo. Assim, destacamos nesse tópico alguns relatos, Lívia (17 anos, preta, área rural) disse: “tipo assim, tem gente que fala “ah, porque fulano é moreno” e não, eu não sou morena, é meu exemplo, eu sou negra eu não sou morena e é isso que eu tenho a falar”, nesse fragmento é possível observar que a estudante se coloca en-

quanto uma pessoa negra porque entende a importância política de afirmar sua cor, sua identidade.

O Conselho Federal De Psicologia (2017) destaca que muitas pessoas consideradas pardas têm feito o movimento de se afirmarem enquanto negras como forma de rebater o embraquecimento que a palavra “parda” refere, assim “na contramão da ideologia do embranquecimento, há pessoas pardas/mestiças que optam por se reconhecerem como pretas, pois elas têm consciência política sobre o racismo e consideram que o termo pardo/moreno foi historicamente usado como eufemismo, como negação da negritude” (CFP, 2017, p. 37), as ferramentas de branqueamento são tecnologias de opressão construídas para enfraquecer a população negra.

No artigo *Chamaram-me negra* há o relato: “eu, escura demais para ser branca e clara demais para ser preta, por muito tempo não soube qual seria meu lugar dentro da sociedade” (Silva, 2021, p. 12), também no ensaio das autoras Luciana Rodrigues e Aline Kelly da Silva (2021), as autoras falam sobre a libertação em se afirmarem mulheres negras:

Muito recentemente, na minha história de vida, passei a me afirmar como negra. Não parda nem morena, mas sim negra. Este tem sido um gesto libertador, saber que ocupo um lugar no mundo, pois durante muito tempo me

vi em um não-lugar por não ser branca, mas também não ter a pele preta (Rodrigues; Silva, 2021, p. 127).

Esse “não-lugar” é comum entre as pessoas pardas, Alessandra Devulski (2021) em seu livro *Colorismo* destaca que há barreiras que afetam pessoas negras de pele clara, principalmente no que tange a compreensão de suas origens, pois as pessoas crescem em ambientes que inferiorizam a cultura africana, que deturpam o período da escravidão e invisibilizam os heróis e heroínas da resistência, assim, dificulta o desenvolvimento da valorização da negritude. Dessa forma, consideramos que se afirmar enquanto pessoa negra é uma forma de valorização da negritude e de ir contra as ideologias de branqueamento.

A questão estética, principalmente em relação ao cabelo, foi uma temática recorrente nas oficinas. Em um dos momentos a estudante afirmou:

O que mais escuto “nossa, seu cabelo tá na moda”. Não é “tá na moda”, a questão é de aceitação, então é tem muito essa questão de aceitação, hoje tipo, diferente de antigamente, realmente tem menos preconceito racial entre aspas, aí tem essa questão de... Eu sou muito influenciada por quem eu sigo nas minhas redes e tal, eu vejo muitas mulheres negras que aceitam seu cabelo, aceita os seus traços, então realmente a questão é de aceitação, não é que está na moda, é questão de aceitação, e

tem também essa questão de mulher negra que alisa cabelo que muitas vezes é sim para embranquecer ou ela se sente melhor assim (Maria, 17 anos, preta, área urbana).

Através desse relato é possível inferir que a estudante aceita seu cabelo e demonstra domínio de conhecimentos através do seu discurso, ela consegue entender que o alisamento é uma das formas de branqueamento, o que Alessandra Devulski (2021, p. 16) chama de “laisser-passar”, ou seja, através das ferramentas de branqueamento, seja alisando o cabelo, através da vestimenta ou da linguagem as pessoas ganham um falso livre acesso às redes de poder (Devulski, 2021).

Dialogando com a fala anterior, Letícia (18 anos, preta, área rural) contemplou “eu acho que a gente se preocupa em ficar bem e não em sair na rua e sofrer o preconceito, a gente tem que entrar meio num padrão pra não sofrer tanto. Porque de qualquer forma a gente acaba sofrendo”, a estudante mostra que a resistência está em entender como funcionam as artimanhas do racismo e que muitas vezes, apesar do sofrimento de não poder se expressar livremente, é melhor se resguardar, se encaixar em um padrão para não sofrer tanto, então podemos dizer que é uma forma de resistência cotidiana (Scott, 2011), pois resistir nem sempre é enfrentar, mas também se proteger.

Outro relato que observamos uma prática de resistência foi:

minha irmã ela é branca, só que tem o cabelo cacheado, minha mãe tinha passado alisante no cabelo dela e por isso ela tá passando por uma transição capilar e teve um dia, ela tem dificuldade para arrumar o cabelo dela, e ela sentada arrumando o cabelo começou a chorar, aí ela falou “eu quero alisar o meu cabelo, não aguento mais, meu cabelo é ruim”, eu cheguei nela, chamei ela e fui conversar com ela, “seu cabelo não é ruim, seu cabelo é lindo, vamos arrumar el”, então eu fui lá arrumei o cabelo dela, ela ficou até feliz, ela disse “muito obrigada”, depois, me deu um abraço (Maria, 17 anos, preta, área urbana).

A estudante além de valorizar a estética do próprio cabelo, incentivou e acolheu a irmã para que ela não desistisse da transição capilar, que consiste em deixar o cabelo sem nenhum procedimento químico até ele crescer em seu formato natural, e isso demonstra uma forma de resistência que ultrapassa o nível pessoal, pois ela favorece a resistência de outra pessoa. A transição capilar é uma busca pela “auto afirmação de identidade negra e a valorização das raízes afrodescendentes, o cabelo afro para além da questão estética, também é a expressão de um ato político contra o racismo” (Castro; Oliveira; Pereira, 2021, p. 1). No diálogo com a estética, a estudante falou:

Tem até a questão da trança nagô que até eu faço e hoje vocês veem muito as meninas usando as tranças com os enfeites e tudo, e

muitas vezes as pessoas nem sabem o passado, a história das tranças nagô, que no caso, as tranças nagô são feitas, as mulheres faziam traçando as rotas de fuga, criavam o mapa na própria cabeça pra fugir (Maria, 17 anos, preta, área urbana).

Esse fragmento demonstra conhecimento histórico e valorização da cultura e da estética africana, a mesma estudante falou da importância da representatividade e de uma situação que vivenciou acerca disso:

é importante ter representatividade, tanto que um dia desses eu fui comprar, eu ia pro ponto de ônibus e vinha uma mulher com uma menininha negra e ela tava com o cabelo bem curto e o cabelo dela crespo, ela tava com uma bandana e eu também tava com uma bandana aí tipo ela me viu numa felicidade, ela olhava assim para mim, e a mãe dela “tá vendo, depois que eu passei né” “tá vendo, que linda”, e ela ficou muito feliz em ver, então tipo a gente tem que tentar levar isso também para as pessoas, principalmente para as crianças né? E tentar levantar a autoestima delas (Maria, 17 anos, preta, área urbana).

Esse relato é importante, pois foi uma representação positiva para uma criança, para que ela veja os traços de negritude de forma positiva, e aí está uma prática de resistência que ultrapassa o pessoal. Na produção de cartas, Maria relatou seu

processo de aceitação enquanto jovem negra:

Sabemos que não é nada fácil ter uma boa autoestima sendo negra em um país altamente racista como o Brasil. E comigo não foi diferente. Desde que me entendo por gente lembro de algum comentário maldoso e sem graça em relação a mim. Por mais que fossem coisas mínimas, de pouco em pouco formavam uma pessoa totalmente insegura e sem autoestima. Quando não temos referência, a situação só piora. Qual garota nunca quis ser uma princesa? Que garoto nunca quis ser um super-herói? Tenho certeza que quase todos já sonharam com isso. Mas o que acontece quando não tem nenhum desses personagens parecidos com nós? O que acontece é a tentativa de nos tornarmos pessoas que não condiz com o que nós somos. Ou seja, tentamos nos encaixar em um padrão que não é o nosso. E foi isso que fiz. Por anos tentei ser alguém que não sou, para me tornar uma pessoa “bonita”. Alisava o cabelo, fazia dietas malucas, queria mudar meus traços e sempre seguia o que os outros queria para mim. (...) Comecei a cuidar de mim, agora da forma certa. Foi um processo de autoconhecimento. Deixei de lado os alisantes e passei por uma transição capilar. Busquei por referências negras e assim me inspirei nelas. Hoje minha autoestima e confiança melhoram bastante e busco servir de inspiração para outras meninas que assim como eu, só queriam ter alguém para me espelhar (Maria, 17 anos, preta, área urbana).

Joice Berth (2019, p. 83) ressalta: “se não percebemos que devemos entender a beleza e amá-la porque houve movimentações políticas que induziram o pensamento contrário a isso, não avançaremos no processo de empoderamento”, então entender as opressões, como elas se dão e o porquê, é o que pode fazer com que essa estética da mulher negra seja valorizada.

Assim, a resistência entre os/as jovens da pesquisa se mostra através do conhecimento em relação às opressões, pela ação de acolhimento, pela auto aceitação e pelo incentivo para que outras pessoas também resistam às formas de preconceito e discriminação. Desse modo, ações, mesmo pequenas, que são formas de questionamento, mudança, indignação, e transgressão aos padrões de subalternidade dos/das indivíduos/as são formas de resistência.

Dijk (2021) destaca que a resistência existe desde a antiguidade e foi ganhando força através do movimento antirracista, sendo o movimento antirracista um (macro) movimento social, pois é “constituído de movimentos sociais menores que ocorrem em diferentes períodos históricos e em diversos países, com distintos protagonismos e objetivos” (Dijk, 2021, p. 11).

Assim, o antirracismo é uma forma de resistência contra os sistemas de dominação, abuso de poder e violação contra os direitos humanos de pessoas racializadas, o autor, citado anterioramen-

te, discorre sobre a importância da necessidade do conhecimento para o envolvimento em práticas antirracistas, desse modo, entendemos as oficinas como forma de levar esse conhecimento para que os/as jovens se envolvam em práticas efetivas do antirracismo, assim como resistir contra sistemas de opressão vinculados aos outros marcadores sociais citados na pesquisa, classe e gênero.

Através da análise das oficinas realizadas entendemos a importância da educação no que se refere ao enfrentamento da problemática, pois a formação de cidadãos/ãs cientes de seu papel social e inteiros/as de formas de enfrentamento de preconceito e discursos discriminatórios é extremamente importante. As opressões relatadas mostram que a desigualdade seja no que se refere à raça, classe e/ou gênero é estrutural na sociedade, mas pessoas munidas de uma educação crítica efetivamente têm mais força para resistir a essas opressões, como vistas nesse tópico.

Apesar de as opressões e desigualdades estarem atuando fortemente, principalmente para as pessoas negras, essas têm encontrado diferentes estratégias de resistência: no reconhecimento da negritude, na aceitação dos seus cabelos, na construção de práticas de proteção, no conhecimento das histórias dos povos negros e da ancestralidade.

No presente estudo, observamos, tanto ao refletir sobre a discussão teórica quanto ao analisar os relatos dos participantes, a necessidade de dialogarmos mais sobre as práticas de resistência. As discussões existentes precisam ser ampliadas e levadas a diferentes grupos e espaços, a fim de visibilizar que os negros nunca foram passivos diante das opressões que enfrentaram. O conhecimento das práticas de resistência pode impulsivar outras ações e novas produções de conhecimento sobre a resistência da população negra frente às opressões de raça, gênero, classe, entre outras.

CONCLUSÃO

Através da análise dos discursos produzidos nas oficinas ressaltamos a importância da educação no que se refere ao enfrentamento do racismo, pois a formação de cidadãos/ãs cientes de seu papel social e inteiros/as de formas de enfrentamento de preconceito e discursos discriminatórios é extremamente importante. Consideramos que

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Polén, 2019.

BONA, Dénètem Touam Bona. **Cosmo poéticas do refúgio**. Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2020.

CASTRO, Amanda Motta; OLIVEIRA, Elina; PEREIRA, Gabriele. Educação antirracista e resistência: ocalbelo como posicionamento político. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-18, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Relações raciais**: referências técnicas para a atuação de psicólogas (os). Brasília: CFP, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jan-dáira, 2021.

DIJK, Teun Adrianus van. **Discurso antirracista no Brasil**: Da abolição às ações afirmativas. São Paulo: Contexto, 2021.

FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro, OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. As oficinas como lócus de encontro com o outro: uma abordagemhistórico-cultural. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edmáa. (Org.) **Metodologia de pesquisascientífica em Informática na Educação**: abordagem qualitativa. Porto Alegre: SBC, 2021. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3) Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/livro-3/>

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Florianópolis, 2014.

MACEDO, Aldenora Conceição; D'ÁVILA, Renata Almeida. Do lugar de onde venho a resistêncianão começa na ocupação, ela vem de antes: As adolescentes e a interseccionalidade de gênero,sexualidade, raça e classe no contexto das ocupações. **Revista Com Censo**, v.6, n.3, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação edescoberta. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org). DES-LANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Rio de janeiro: Vozes, p.61-77, 2008.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

ROCHA, Telma Brito; BRANDÃO, Cleyton Williams G. da S. Violência, discursos de ódio,mulheres negras e interseccionalidade: o caso Tia Má. In: SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA,Jerônimo Jorge Cavalcante; AMAR, Victor (org). **Interseccionalidades em pauta:** gênero, raça,sexualidade e classe social. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 191-220.

RODRIGUES, Luciana; SILVA, Aline Kelly da. Por uma política de escrita do cotidiano:enfrentamentos ao racismo e sexism na academia. In: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (orgs.). **Redes intelectuais:** epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

SARAIVA, Rutiele Pereira da Silva. A mulher negra como “outro do outro”: intersecções entregênero e raça em Grada Kilomba e Lélia Gonzalez. (**Des**)
troços: Revista de pensamento radical,Belo Horizonte, v.3, n.1, 2022.

SCOTT, C. James. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, n. 5, p. 217-243, 2011.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos epolíticas públicas. **Cadernos de terapia ocupacional da UFS-Car**, São Carlos, v.17, n.2, p. 87-106,2009.

SILVA, Maria Marcia da. Chamaram-me negra. **Boletim Informativo**, v.05, n.1, 2021.

SILVA, Roseane Amorim da. **Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas daperiferia urbana de Garanhuns/PE.** Orientadora: Profª. Drª. Jaileila de Araújo Menezes. 2019.247 f. Tese (doutorado) – Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de janeiro: Edições Graal, 1983.

TAQUETTE, Stella R.; BORGES, Luciana. **Pesquisa Qualitativa para todos.** Editora Vozes, 2021.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia e GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Rev. Psicol.** UNESP, 2017.